



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 5

**“MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE,
CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais

EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporâneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.

Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)

Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)

German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS (autor(es/as): **Ana Carolina Rosseto Rossetti**)

AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva. Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)

Milena Rincon Castellanos: Pontificia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)

Izês Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)

Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica (autor(es/as): **Adriana Ramos dos Santos**)

Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. (autor(es/as): **Aline Dornelles Madrid**)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISÓ – SC (autor(es/as): **Amanda Bellettini Munari**)

OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA (autor(es/as): **ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA**)

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuo Hammarstron**)

CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL (autoes(es/as): **GIOVANNO RADEL DE VARGAS**)

EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS (autor(es/as): **Joamara Mota Borges**)

AValiação DO TEOR DE FERRO NAS FOLHAS DE CINCO ESPÉCIES FLO-RESTAIS, COMO INDICADOR DA QUALIDADE DO AR (autor(es/as): **Jonas Eduardo Bianchin**)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” (autor(es/as): **Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf**)

INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL (autor(es/as): **Valdir Jose Morigi**)

PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC (autor(es/as): **Vanessa Maria Ludka**)

RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS (autor(es/as): **Yasmin Viana Ribeiro de Almeida**)

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL (autor(es/as): **FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER**)

MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental. Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)
Christian Henrique Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL (autor(es/as): ANA KARLA PAZDA)
HISTÓRIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMÉRICA LATINA (autor(es/as): Carlos Odilon da Costa)
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE (autor(es/as): Gláucia Cardoso de Souza)
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. (autor(es/as): Jefferson de Queiroz Crispim)
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR (autor(es/as): Jose Antonio da Rocha)
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (autor(es/as): Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola)
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL (autor(es/as): Rosana Cristina Biral Leme)
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (autor(es/as): SILVANA DE JESUS GALDINO)
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (autor(es/as): Valkiria Trindade de Almeida Santos)

5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se “até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos saberes locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR (autor(es/as): ALCIMAR PAULO FREISLEBEN)
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA (autor(es/as): Andrea Aparecida Inacio da Silva)
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ (autor(es/as): ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY)
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC (autor(es/as): CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA)
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCAAMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ (autor(es/as): Carlos Roberto Scheibel)
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS (autor(es/as): Cristiane Mansur de Moraes Souza)
ABORDAGEM ETNOPEDELOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR (autor(es/as): Juliano Strachulski)
Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza (autor(es/as): Milson Betancourt)
Controvérsias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí. (autor(es/as): Sandy Rafaela Krambeck)

5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industriais e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição (autor(es/as): **Ana Cristina Schirlo**)

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA (autor(es/as): **Clarissa Corrêa Henning**)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL (autor(es/as): **Francisco Salau Brasil**)

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (autor(es/as): **Nilva Giane Trajano Gonçalves**)

O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA (autor(es/as): **Sigrid de Mendonça Andersen**)
TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (autor(es/as): **Thierry Molnar Prates**)

Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado (autor(es/as): **Gabriel Ferreira carvalho**)

POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Álfo Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Horacio Machado Araújo: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)

Arlson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)

Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (autor(es/as): **Alan Ripoll Alves**)

DA MATA NATURAL AO EUCALIPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA (autor(es/as): **BRENA DE CASTRO COSTA**)

CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGRONECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO (autor(es/as): **Tereza Lopes Miranda**)

O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA (autor(es/as): **ELISANGELA FERREIRA MENEZES**)

CAMPONESES E RELIGIOSIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO (autor(es/as): **RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA**)

Elisângela Ferreira Menezesⁱ

Universidade Federal de Rondônia-UNIR

Maria das Graças Silva Nascimento Silvaⁱⁱ

Universidade Federal de Rondônia-UNIR

Resumo

O presente ensaio busca analisar e relatar os principais avanços no que diz respeito a políticas públicas para as mulheres, em especial analisará um programa do Governo Federal que iniciou em 2004 e promove a cidadania através da emissão de documentos civis e trabalhistas para as trabalhadoras rurais em todo o Brasil, trata-se do PNDTR-(Programa de Documentação da Trabalhadora Rural) cuja proposta consiste na diminuição das desigualdades sociais entre homens e mulheres. O Programa de Documentação enfatiza a cidadania através dos documentos, de posse deles a mulher terá oportunidade conquistar a sua autonomia, essa autonomia é reconhecida no primeiro momento, quando há um reconhecimento dessa mulher como cidadã pelo Estado. O Estado deve reconhecer seus cidadãos, mas nesse processo a mulher esteve por muito tempo foi excluída desse direito. Quando se trata da população rural, o processo de exclusão é ainda maior. Por meio de mudanças ocasionadas por pressões populares das mulheres em meados dos anos 80, houve uma mudança significativa nos planos e políticas públicas para as mulheres rurais, promovidas pelas organizações e acordos internacionais que foram de vital importância para mudança no contexto social das mulheres rurais. Temos como ponto de análise os desdobramentos das diretrizes internacionais para o Brasil, desde a conferência Mundial da ONU. A proposta é trabalhar com um referencial teórico voltado para as problemáticas de gênero e ruralidade articulando com uma metodologia fenomenológica buscando compreender a visão de mundo das mulheres.

Palavras-chave: Cidadania -Documentos- Mulher rural



Acordos internacionais e políticas públicas para a igualdade de gênero e seus impactos no Brasil.

O mundo pós-guerra teve como marco a criação da Organização das Nações Unidas, na década de 1940 sendo o seu objetivo prometer a paz e estimular o respeito aos direitos humanos, depois de uma época de atrocidades ocorridas durante as duas guerras mundiais. Em 1945 em São Francisco, Estados Unidos ocorre a criação da Carta das Nações Unidas, esse documento norteia as medidas e ações. Na mesma década, em 1948 foi aprovada a Declaração dos Direitos Humanos e amplia de forma proveitosa a direção das ações que garantam os direitos para mulheres e homens. Assim acentua Barsted, 2011, p.98 “*O longo processo de expansão e de universalização dos direitos humanos está hoje consolidado em tratados internacionais de proteção que buscam estabelecer um consenso acerca de temas centrais aos direitos humanos.*”.

Posteriormente em 1975 foi realizada no México a *I Conferência Mundial da Mulher*, abarcando áreas como trabalho, saúde, educação, direitos civis e políticos, estereótipos.

sexuais, prostituição e família, essa Convenção foi o primeiro instrumento internacional de direitos humano especificamente voltado para a proteção das mulheres. (BARSTED, 2011, p.100). Em observação da mesma autora percebemos a importância que teve esse instrumento internacional para o crescimento e o avanço das discussões sobre a condição da mulher. Ainda sobre a *Convenção foi destacado que:*

“... a discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural do país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço a seu país e à humanidade”. (Ibidem)

Desde então, as reuniões e debates foram se intensificando sobre a mulher, percebemos que a questão ligada à equidade de gênero é de certa forma recente, o que mostra a demora em reconhecer o papel e a importância da mulher na sociedade. Entretanto os debates e medidas ainda se deparam com a resistência particular de cada nação, bem como suas construções culturais embora tenha avançado nas políticas, ainda tem imperado em muitos casos a discriminação e exclusão da mulher em vários espaços.



As mudanças e reivindicações dos movimentos de mulheres eclodiram após os anos 80. Em 1979 foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas e Discriminação contra a Mulher (CEDAW) passou a vigorar apenas a partir de 1981. No Brasil, entrou em vigor em 1984 com reservas e a partir de 1994 na sua integralidade (FUNAG/IPRI/Ministério das Relações Exteriores: 2003). Na ocasião dessa Conferência foi aprovado a “Carta do Campesino” que prevê o compromisso com a igualdade das mulheres nos processos sociais econômicos e políticos de desenvolvimento rural e nos benefícios da melhoria das condições de vida das zonas rurais.

As diretrizes tomadas fizeram com que os países presentes se comprometessem a realizar ações com objetivo de alcançar a igualdade e o desenvolvimento rural. O reconhecimento da mulher como um ser e cidadã, é de fato importante para o desenvolvimento de qualquer sociedade. A carta do Campesino propunha recomendações, mas mudanças mais profundas precisavam ser feitas, contudo no que se refere às propostas legislativas ainda andavam a passos lentos, com isso nos anos 90 os compromissos foram rediscutidos na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995.

A partir desse momento as medidas foram adotadas pelos governos para diminuir as desigualdades e considerar a mulher e suas necessidades diante da sociedade. Destaca-se um ponto de significativos debates que é a questão da violência contra a mulher, tema de grande preocupação, pois a violência contra a mulher esteve marcada por quase toda a nossa história e significa uma grave violação dos direitos humanos que foi revelada por denúncias das mais variadas formas de violência.

Os movimentos da sociedade civil contribuíram de forma determinante nesse processo para efetivação dos direitos das mulheres, bem como o movimento feminista com a construção de alternativas políticas e econômicas para superação da ordem hegemônica, o que inclui o reconhecimento do papel das mulheres na agricultura, pesca e gestão dos recursos naturais, e na afirmação da defesa dos direitos igualitários.

O protagonismo das mulheres na luta por sua cidadania – em busca de um tempo perdido – marcou a última metade do século XX. Não se tratava tão somente da inclusão de um novo sujeito de direitos ou da extensão para as mulheres dos direitos existentes. Trava-se da construção de um novo direito capaz de abarcar novas demandas de um sujeito coletivo específico. *Barsted, 2011, P.97*



Para a realização da completa cidadania e reconhecimento de direitos, é preciso ser concretizada bases legais para tal modificação. E correr contra um tempo em que a mulher nem mesmo era considerada cidadã buscando viabilizar sua representatividade. Nesse sentido Marlise Matos em seu artigo *Mulheres e Política – da cidadania inacabada das mulheres no Brasil a um projeto de desenvolvimento brasileiro sustentado*, publicado em 2011 coloca em debate a questão da cidadania e da constituição de um verdadeiro Estado democrático:

Se nós mulheres não nos construímos como sujeitos políticos integrais e não construímos uma esfera pública que nos respeite como tais, como imaginar que há conquista de direitos ou poder? A incompletude da cidadania feminina, mesmo que a maioria masculina não aceite ou pretenda ignorar o fato, é a incompletude da cidadania humana, da experiência humana de direitos e do exercício do poder numa dimensão de emancipação e justiça. (MATOS, 2011, p.215)

Dentro dos debates internacionais temos observado alguns avanços e resultados nas políticas públicas. No que se refere à mulher rural, foram reformulados algumas leis no que se refere a direito a terra e reforma agrária, e para que esse direito fosse garantido foi reconhecido que a mulher em grande maioria, não tinha a documentação civil, nesse sentido foi ampliado o acesso através de políticas públicas. Nesse caso no Brasil temos em 2004 a criação do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural- PNDTR, no qual será objeto de nossa análise neste trabalho.

Esse importante instrumento de cidadania abriu portas para outras formas de inclusão como o acesso a terra, financiamento, assistência técnica, comercialização, remuneração dos trabalhos das mulheres, bem como garantias trabalhistas e previdenciárias e outros instrumentos que possam garantir a efetivação de seus direitos e deveres. Com relação ao acesso a terra houve um grande avanço, como o direito a titulação conjunta e em casos de viuvez e separação. Assim as mulheres não ficam mais desamparadas e dependentes dos homens. Ainda nesse sentido temos uma grande conquista como o direito ao salário-maternidade que garante o amparo as mães trabalhadoras rurais.

Aqui é importante frisar que todos esses direitos está relacionada com a autonomia da mulher em função da sua vida no campo. O objetivo não tira-las de seu espaço, mas respeitar suas reprodução de vida e proporcionar a melhora de suas condições. Lembrando que as mulheres rurais são determinadas por vários segmentos como a



ribeirinha, quilombola, assentada, pescadora artesanal, indígena, a agricultora familiar e outros.

Diante dos apontamentos supracitados, podemos ver que percorremos um longo caminho para que as políticas chegassem à mulher, principalmente a mulher rural. Pretendemos a partir de tais informações analisarem o como a política de documentação tem causado efeitos no norte do País, em especial o Estado de Rondônia.

Sobre o programa de documentação da trabalhadora rural em Rondônia

Criado em 2004, o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural é coordenado pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) por meio da Diretoria de Políticas públicas para as Mulheres, e pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) em parceria com instituições da sociedade civil especialmente o movimento de mulheres, voltado para o fornecimento gratuito de documentação civil básica que consiste em CPF (Cadastro de Pessoa Física), Carteira de Trabalho, Carteira de Identidade, Certidão de Nascimento e registro no Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS para trabalhadoras rurais, mulheres indígenas e quilombolas, ribeirinhas e assentadas da reforma agrária.

Nesse sentido o fortalecimento das alianças entre governo e sociedade civil formam ações que diminuem a exclusão e marginalização das mulheres da vida social e da cidadania, diante da discursão das autoras Andrea Butto e Karla Hora, levam em consideração vários elementos que compõem a dignidade e a cidadania para as mulheres:

No ambiente governamental propiciado pela FAO são assumidos compromissos para a revisão e formulação de leis que assegurem os direitos iguais à reforma agrária e a outros recursos, bem como reformas administrativas para garantir o acesso às políticas públicas e pela primeira vez no cenário internacional o direito à documentação civil aparece no rol das políticas em questão. No contexto regional a FAO e a CEPAL, a democratização do acesso a terra e a necessidade de garantir ocupação e renda às mulheres rurais por meio de políticas públicas de financiamento, assistência técnica e comercialização, são firmados como compromissos. (BUTTO E HORA, 2000, p.9).

É notável que para a promoção dos direitos das mulheres é preciso reconhecer as injustiças pelas quais elas sofreram durante um longo período histórico foram duramente fixadas no interior da sociedade, os compromissos firmados pela FAO E CEPAL busca as



mudanças em vários aspectos, esses acordos apontam mudanças para a atual condição das mulheres. Nesse sentido a documentação civil e trabalhista atua de forma importante como primeira forma de reconhecimento da mulher como cidadã, as demais políticas aparecem após esse primeiro momento.

A falta de documento implica em restrições para obtenção das linhas de créditos como o PRONAF, e não só isso mais outros serviços e benefícios para a população rural dentre estes o direito de frequentar a escola, acesso a aposentadoria e benefícios sociais, usufruir do Sistema Único de Saúde, abrir conta bancária, participar de programas de habitação, acesso a terra e até mesmo não tem o direito de votar. Especialmente para as mulheres sofrem essas restrições.

As inclusões dependem de um esforço árduo que compete o Estado e a sociedade incorporando vários segmentos sociais propondo uma abordagem interdisciplinar, buscando uma mudança profunda no interior da sociedade nesse sentido aponta Bandeira, 2005:

[...] não unicamente a incorporação dessa perspectiva em um ministério ou secretaria específica de atuação na área da mulher, senão o seu impacto vinculante deve ser assimilada por todas as políticas propostas pelo Estado e desenvolvidas em cada área governamental, considerando as especificidades das mulheres e de homens. (Bandeira, 2005, p.5)

Por muito tempo se desprezou os dados e estatísticas sobre as mulheres, entre eles os dados sobre a indocumentação civil, ocasionando uma invisibilidade da mulher na sociedade uma vez que sem documentos ela não representa uma cidadã para o Estado. Para a fundamentação sobre esses aspectos BUTTO e LEITTE, 2010 destaca:

No Brasil inexistem estatísticas oficiais sobre a ausência de documentação civil, os dados disponíveis restringem-se à falta de registro de nascimento dentre os nascidos vivos com até 90 dias e apenas através de pesquisas amostrais. Dados nos indicam a maior concentração da população indocumentada está no campo e são mulheres. (Butto e Leite, 2010, p.17).

Sendo um programa viabilizado pelo governo federal, conta também com a articulação de vários ministérios não só do Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, mas também com Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos, Instituto Nacional da Seguridade Seguro Social, Receita Federal do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste, Também são parceiros do Programa as seguintes organizações da sociedade civil: Comissão Nacional das Mulheres da Contag Movimento de Mulheres Camponesas Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Setor de Gênero do MST,



Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Comissão de Mulheres da Fetraf, Secretaria da Mulher Extrativista (CNS), Movimento dos Pequenos Agricultores e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Dessa maneira conta também com um comitê nacional e estadual que faz planejamentos e avaliações sobre o programa, Em Rondônia esse comitê é formado por secretarias estaduais e municipais, bem como entidades da sociedade civil e a Universidade Federal de Rondônia. As ações são realizadas de forma integrada e com planejamento prévio, são realizados mutirões que atendem os municípios mais distantes da cidade.

Em termos quantitativos o Programa atingiu desde 2004 a 2011 em todo o país o número de 2.951 mutirões realizados, 3.182 municípios atendidos e 735.557 Mulheres atendidas e chega 1.609.386 documentos emitidos. A sua atuação se dá por meio de Mutirões itinerantes que funciona no local mais próximo da comunidade rural. Esses mutirões duram vários dias, devido à dificuldade de acesso aos locais de atendimento, a equipe é formada por pessoas de vários órgãos federais, estaduais e municipais que buscam em conjunto proporcionar a cidadania para as mulheres, seus filhos e seus maridos. São oferecidos além de emissão de documentos, palestras de várias instituições para esclarecimentos.

Os atendimentos nos mutirões vão além de emissão de documentos, as parcerias com outros órgãos do governo e da sociedade civil levam para a população rural atendimentos como; emissão de passe livre interestadual, foto 3x4, fotocópias de documentos, cadastro de bolsa família, distribuição de mudas e sementes, cadastro de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), cadastro de agricultoras familiares e ribeirinhas, atendimento e cadastramento do Programa Terra Legal, vacinação, corte de cabelo, atendimento e informações sobre a Lei Maria da Penha, atendimento e auxílio jurídico, médico e odontológico entre outros. Esses atendimentos significam mais cidadania para essas mulheres é a oportunidade de receber informações, atendimento médico, vacinar seus filhos, fazer cadastramentos para receber benefícios o que marca suas vidas e fazem elas se sentirem cidadãs.

A equipe deve estar treinada e preparada para lidar com diversos tipos de situações, as localidades no interior do estado de Rondônia sofrem com a falta de vários tipos de estrutura, falta de água, energia elétrica, internet e até mesmo a alimentação é



precária. As famílias estão ansiosamente esperando para serem atendidas, são mulheres e homens e crianças, destacando que o programa é voltado para as mulheres, porém a realidade é que tanto mulheres como homens rurais sofrem com a falta de documentos.

O atendimento é esperado por toda a comunidade, pois é anunciado anteriormente quando a equipe faz uma mobilização no local. Ainda sim, muitas pessoas ficam sem atendimentos porque suas localidades estão distantes e fica ainda mais difícil acessar. Percebe-se que muitas delas, não têm escolaridade ou pararam nas séries iniciais. Um dado já observado na literatura sobre a população rural na obra; *Mulheres na Reforma Agrária* organizado por LOPES e BUTTO registra um indicador frágil no que diz respeito à educação. Nos moldes de uma vida o campo a escola rapidamente sai da realidade das crianças, ainda mais na vida da mulher.

Logo depois da infância ela se depara com a responsabilidade da casa e posteriormente da família, e acaba abandonando a escola. Mulher e homens são condicionados pela cultura a exercer seus papéis sociais, movidos pela tradição e pelo costume. Nesse cenário a escola é para as crianças somente, e até certa idade, pois já deve abandonar para ajudar no trabalho dos pais.

Um olhar de gênero no espaço rural: Referencial teórico e metodológico

A noção de ser homem e mulher é caracterizada por sua interação social no espaço que faz com que essas relações venham carregadas de dominação, hierarquias e estigmas criados e reproduzidos pela própria sociedade. Nesse contexto o gênero refere-se a um conceito que denomina construções sociais e culturais que se desenvolvem no espaço. A partir disto, vejamos o seguinte conceito:

“Gênero é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença entre homens e mulheres. Não se trata de um atributo individual, mas que se adquire a partir da interação com os outros e contribui para a reprodução da ordem social”. (YANNOULAS, VALLEJOS, LENARDUZZI, 2000, p. 427).

As relações humanas são caracterizadas pela existência de uma série de entraves, que culminam em prejuízos principalmente para as mulheres. A sociedade humana age através de sua cultura no espaço natural, de acordo com Montecino (1997) a mulher assim como a natureza é passível de ser controlada pela cultura, representada pelo sexo



masculino através de uma associação entre mulher e natureza, homem e cultura. A desvantagem das mulheres no que se refere às posições sociais, quando comparada com as dos homens predomina historicamente nos mais variados setores sociais, relacionando-se as mulheres à reprodução, fragilidade e os homens à criatividade e a força.

[...] las culturas reconocen y hacen una diferencia entre la sociedad humana y el mundo natural. La cultura intenta controlar y trascender la naturaleza, la usa para sus fines. La cultura, así, parecería como superior a la naturaleza. Las mujeres serían asociadas simbólicamente con la naturaleza mientras que los hombres con la cultura. Así como la cultura controla y trasciende la naturaleza, es natural, que la mujer, en virtud de su asociación con la naturaleza deba también ser controlada y .constreñida. Estas asociaciones simbólicas se deberían a que las funciones reproductoras de la mujer la hacen aparecer como .encerrada en la biología. (Un cuerpo mimético a los ciclos naturales). Los hombres estarían relacionados con el sentido cultural de la creatividad (tecnología, símbolos); la creatividad de la mujer está naturalmente realizada a través del proceso de alumbrar, de parir hijos: la mujer crea naturalmente, desde sí misma, el hombre se ve forzado a crear artificialmente. (MONTECINO, 1997, p. 18).

A condição de gênero é formadora e formada pela cultura, ou seja, é a forma como a sociedade lida com diferenças entre os sexos. Partindo desse aspecto, as diferenças entre comportamentos de homens e mulheres advêm da ação da cultura dominante sobre as representações e comportamentos de homens e mulheres.

No curso da vida social podemos identificar no que se refere ao controle dos homens sobre as mulheres, o patriarcado como relações que interferem na esfera civil bem como no Estado (Saffioti, 2004 p.54). A autora aponta que o patriarcado ao contrário do que se acredita, ainda continua vivo na sociedade atual, ele dá direito sexual ao homem sobre a mulher, impondo uma hierarquia seguida da divisão sexual do trabalho, manifestando-se através de atividades atribuídas a homens e mulheres.

De acordo com o Caderno de Formação – Reforma Agrária – da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), as mulheres correspondem a uma grande parte da população rural brasileira. Porém sua atuação e responsabilidade, no que se refere à produtividade nos assentamentos são limitadas e desiguais se comparada a dos homens. A produção feminina nem sempre é reconhecida e seus espaços no mercado rural são restritos. De



acordo com o Relatório de Gestão do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA/INCRA (2003; 2006):

“As atividades das mulheres está voltada para o auto-consumo familiar e realizadas como mera extensão dos cuidados com os filhos e os demais membros das famílias: a criação de aves e pequenos animais, a horticultura, a floricultura, a silvicultura e a lavoura. Essas atividades são realizadas predominantemente sem remuneração e, portanto, não vinculadas à comercialização e geração de renda”.

É possível identificar nos relatos das mulheres rurais essa expressão; “faço o meu trabalho, o trabalho que toda mulher deve fazer”. A carga de trabalho é intensa, porém mesmo com todo o trabalho ainda cabe ao homem a liderança e o poder. Pierre Bourdieu coloca que a questão de gênero está relacionada com construções sociais segundo esquemas práticos da visão androcêntrica (Bourdieu, 2010, p.32).

Por meio dessa breve análise é possível conceber as relações de gênero como relações de poder e dominação, como a vida social não é estática, assim essas relações se caracterizam da mesma forma. Por isso os processos foram mudando a partir da visão que desnatura e questiona a realidade social. O movimento questionador nasce no interior da sociedade patriarcal e sexista, as feministas são caracterizadas por mulheres burguesas, brancas e intelectuais, considerado um movimento político (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 648). O poder e a dominação masculina começam a perder a força e o movimento ganha aliados, portanto o domínio masculino não é estático e constante.

O desenvolvimento da cidadania voltado para as mulheres demorou a ser reconhecido, pois as mulheres não eram consideradas cidadãs em um longo período da história. Podemos notar que este tema gera tensão e conflito e nem sempre a cidadania consegue ser plena não só para mulheres como também para homens, neste caso observemos o caso das mulheres através das palavras de SARACENO:

As mulheres, como se sabe, foram longamente excluídas da cidadania por causa não só dos interesses da comunidade familiar, como também da sua diferença em relação aos “iguais” - os homens. (...) Com efeito, a família, que é primário da reprodução social também como reprodução das desigualdades, constitui uma questão problemática para as teorias da cidadania. (Saraceno, 1995, p.207)



Conforme a autora, o espaço familiar constitui também em um espaço de discriminação e desigualdades. Podemos observar essa questão nas relações familiares no meio rural, em que o homem exerce o poder sobre as mulheres e os filhos. Esses debates são teóricos e de ordem prática. Nesse sentido a autora chama atenção para o risco de dependência gerada por políticas de cidadania, essas podem gerar ainda mais desigualdades e dependência entre as mulheres. A iniciativa de promover políticas que promovam o princípio da cidadania que é o reconhecimento através dos documentos civis e trabalhistas abrem as portas para que ela possa a partir disso lutar por seus ideais seja qual for seus objetivos.

Incorporando a temática de gênero da discussão sobre as condições das mulheres rurais, vemos que a cidadania ainda segue a passos lentos nesse sentido, o caminho é buscar a cidadania humana, como aborda MATOS, 2011.

Aquelas condições básicas de patamares para uma cidadania humana realmente emancipatória. Esta deverá estar apoiada por bases sociais, econômicas e políticas, de exercício político em plenitude nos distintos campos e espaços, sejam públicos, sejam privados. Este exercício, por sua vez, precisa finalmente contrariar os padrões historicamente arraigados de acesso desigual dos homens ao mundo privado doméstico e das mulheres ao mundo público político e, portanto, redefinir o acesso aos recursos fundamentais que os ditos “grupos minoritários”, por condição de sua história perene e continuada de opressão permaneceram excluídos, sofrendo os efeitos de tal isolamento. Opressão e isolamento promotores, ao fim e ao cabo, de injustiças. MATOS. 2011, p.217)

Proporcionar a cidadania humana para populações que vivem no campo deveria está no centro dos debates, onde homens e mulheres precisam ser tratados e orientados a ter uma conduta humana, não baseada no sexo e nas obrigações que estes carregam historicamente. Os padrões estabelecidos por uma sociedade androcêntrica excluíram de modo violento o acesso das mulheres e outros grupos ao espaço público. Consequentemente observamos a timidez das mulheres ao se expressar em público. O medo e a vergonha caracterizam sua conduta, expressando o modo em que ela foi educada sempre restrita ao espaço privado.

A vida da mulher que é vítima de sucessivas violações de direitos fica restrita a certas atividades, geralmente essa restrição vem de um homem que pode ser o pai, marido, padrasto, irmão e etc. Sem o direito de ter sua autonomia, ela sofre várias violências, porém é importante citar quem tem relação com os documentos é a violação patrimonial, previsto no art.7 da Lei Maria da Penha, que consiste em qualquer conduta



que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Isso significa a restrição de liberdade para a mulher como aponta o Relatório de Gestão do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA/INCRA (2003; 2006):

A inexistência de documentos também cria obstáculos à participação política e às mudanças das relações de gênero. Restringe a liberdade de ir e vir fora dos limites da comunidade. Há menos oportunidades para o deslocamento, viagens, contatos e vínculos para além dos sítios ou do próprio município. “Isso inibe a autonomia das mulheres e a tomada de decisões nas questões que afetam a sua vida privada e pública.”

Uma vez restrita de ter seus documentos ela fica vulnerável a sofrer outros tipos de violência como a violência física, psicológica, moral e sexual. No campo, a ausência de centros de referências, casas-abrigo e delegacias especializadas é muito mais evidente. Fatores como a distância entre as moradias, o precário transporte e comunicações para localidades de difícil acesso também contribuem para que a violência contra estas mulheres permaneça. No campo e na cidade, os crimes acontecem em casa, mas agora eles são mais recorrentes em via pública, terrenos baldios ou matas (do privado para o público). A maior parte das mulheres atendidas era casada, negra, possuía ensino médio incompleto e com idade variando entre 20 e 40 anos.(SCOTT, RODRIGUES e SARAIVA, 2010)

A proposta visa entender como o PNDTR atua e influi na vida das mulheres, para tal investigação será adotada a metodologia da pesquisa Fenomenológica, esta se refere ao modo de reflexão que interpreta e descreve os fenômenos, de acordo com Eliseu Spósito a fenomenologia pode ser entendida como:

“O projeto fenomenológico se define como uma “volta às coisas mesmas”, isto é, aos fenômenos, aquilo que aparece a consciência, que se dá como seu objeto intencional”. O conceito de intencionalidade ocupa um lugar central na fenomenologia, definindo a própria consciência como intencional, como voltada para o mundo (...). (SPÓSITO, 2004, p.36)

Dessa forma a abordagem fenomenológica busca a subjetividade, no ‘eu’ intencional, no modo de ser pensante que ultrapassa o realismo e coloca o outro como o ser pensante e dotado de sentidos, assim (SPÓSITO, 2004, p.37) prossegue



fundamentando que “(...) o outro não é só aquele que vejo, mas aquele que me vê e é também fonte transcendental de um mundo que lhe é dado”.

A referida investigação teve um caráter qualitativo que consiste em identificar um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação (SIENA, 2007). Buscando uma aproximação da pesquisa qualitativa com os estudos das relações de gênero percebe-se que ela se baseia na visão de mundo do sujeito e nas suas significações e interações, nesse sentido SILVA aborda considerando:

“As relações de gênero, como categoria de análise, podem ser trabalhadas a partir da perspectiva humanística e/ou crítica, e a metodologia qualitativa é privilegiada nesses estudos, pois ela possibilita o estudo de processos sociais fora dos padrões e pouco abordados, dando voz aos grupos sociais marginalizados ou excluídos.” (SILVA, 2009, P.305).

Para tal investigação adotamos como instrumento de pesquisa a entrevista com dez mulheres que foram atendidas pelo Programa em 2010 na área ribeirinha. Dessa forma nos permitiu identificar e registrar as experiências pessoais de cada uma com relação ao Programa. Em sua maioria eram jovens adolescentes, nesse sentido foi possível entender seus anseios e perspectivas de futuro. Houve a participação em alguns mutirões de documentação no ano de 2010, foi observados características da vida rural, em especial o modo de vida ribeirinho.

A história das mulheres no espaço rural foi marcada por uma série de discriminações e violência concreta e simbólica, esse espaço é fruto de um movimento social em constante transformação. Nesse contexto é importante compreender como ocorreram e ocorrem essas relações com o passar do tempo e como estas transformam a organização social.

Discutindo resultados

As mulheres representam um grande número residente nas áreas rurais, porém sua importância tem sido secundária, no que diz respeito à produção, a mulher ainda não tem lugar de destaque pelo não reconhecimento do seu trabalho. Nesse sentido BUTTO e LEITTE seguem fundamentando:

As mulheres correspondem a quase a metade da população rural. São mais de 15 milhões de mulheres, muitas delas sem acesso aos direitos básicos como saúde e educação. Observa-se já há alguns anos uma tendência de masculinização do campo. Em 2001, a proporção da população rural era 52, 02 % de homens e 47, 98% de mulheres. Em 2004,



o percentual dos homens se elevou para 52,13%, e a participação das mulheres diminuiu para 47,87%. (BUTTO e LEITTE, 2010, p.1).

Dessa forma o mesmo ocorre em Rondônia, à população do campo está se masculinizando, o que ocorre e o êxodo rural das mulheres, assim os autores seguem com o texto:

As mais jovens são as mais afetadas pelos processos migratórios, fato que se verifica na diminuição da presença das mulheres na condição de filhas. Em 2001 estas mulheres eram 15,5% e em 2004 passaram a representar apenas 14,2% do total desta população, indicando a alta participação das mulheres jovens nos processos migratórios no sentido campo-cidade. (BUTTO e LEITTE, 2010, p.1).

Os programas de política de atendimento para a mulher tem representado um avanço para as mulheres rurais, contudo suas principais necessidades não têm sido atendidas. Comunidades rurais têm suas particularidades e buscam formas de articular sua vida em um mundo globalizado e capitalista. As necessidades de trabalho e formação profissional levam jovens mulheres a se aventurar na capital e nos municípios do Estado. Nesse aspecto seu modo de vida que anteriormente era ribeirinho, muda para uma vida ligada a cidade. Muitas vão à busca de mudança e não querem continuar o trabalho dos pais. Até mesmo a família apoia a decisão visando uma possível melhora de vida para essa jovem. Enquanto isso os homens, mães e mulheres mais velhas ficam na localidade, trabalhando na agricultura e em outras atividades para prover o sustendo da família. Por isso temos uma masculinização do campo.

No que se refere ao trabalho, há uma clara divisão dos trabalhos ditos de “homens e mulheres”, assim a divisão sexual do trabalho ocasiona, ritmos e formas diferentes de lidar com a atividade produtiva, assim ressalta BUTTO e LEITTE,

A economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o auto-consumo familiar, com baixo grau de assalariamento e de obtenção de renda. O seu trabalho é considerado como uma mera extensão dos cuidados dos filhos e dos demais membros das famílias, um trabalho concebido como uma ajuda, decorrente também do ocultamento do tempo. (BUTTO e LEITTE, 2010.p.2)

As mulheres estão diretamente ligadas ao trabalho doméstico, no trato com os animais, pequenas hortas e o cuidado com a família, todo o seu trabalho é considerado



como uma ajuda para o marido. Sua relação com a produção não é reconhecida como um trabalho produtivo. Enquanto os homens tem relação direta com o dinheiro e a comercialização da produção da família. Seu ambiente é público, para ele isso basta para que possa prover o sustento da família. Fica evidente que para a mulher a função reprodutora é sempre cobrada, até mesmo a cobrança sobre o sexo da criança é direcionada a mulher, cabe à mulher o papel de dar filhos homens para ajudar no trabalho da família. Uma clara construção cultural dentro das práticas rurais.

O modo de vida ribeirinho é diretamente relacionado aos ciclos sazonais, em razão dessa condição durante o período de enchente e vazante, sofrem algumas limitações no quesito dieta alimentar. Para minimizar essas deficiências os ribeirinhos contam o apoio de Benefícios do Governo Federal. Em Rondônia há uma necessidade bastante significativa de programas que busquem a inclusão e a equidade de gênero. Sendo assim, o PNDTR gera benefícios futuros porém ainda não é o bastante para a cidadania plena.

A respeito das mulheres podemos considerar que a grande procura é pela bolsa família que atende grande parte das famílias de capital e interior do Estado, posteriormente temos a procura pelo auxílio maternidade para as mães que tem seus filhos na comunidade, muitas dessas mães são jovens menores de dezoito anos que logo ficam grávidas, bem jovens acabam ficando longe da escola e suas tarefas se restringem aos cuidados do lar e dos filhos. Questões como a falta de água tratada, lixo e condições de saúde são fatores que colaboram para dificultar a plena execução dessas políticas. A educação também se torna algo preocupante quando se observa a grande evasão dos jovens que procuram a cidade para dar continuidade na escola, outros simplesmente desistem e ficam sem estudar por falta de estrutura e professores.

A relação da população com os programas é de certa forma harmoniosa, o maior problema é a passividade, isso porque a população ainda não entende qual o objetivo, muitas vezes erra por falta de informação. O material é distribuído em folhetos para pessoas que mal sabem assinar o nome, às explicações que chegam à comunidade são técnicas e de difícil entendimento dos homens e das mulheres, muitas vezes por falta de incentivo, as mulheres não participam das reuniões e preferem ficar em casa.

Com relação aos programas que visam levar a cidadania e o desenvolvimento rural, é preciso destacar a forte tendência à dependência dessa população, o que não é o objetivo. O desenvolvimento da cidadania voltado para as mulheres demorou a ser



reconhecido. Podemos notar que este tema gera tensão e conflito e nem sempre a cidadania consegue ser plena não só para mulheres como também para homens.

Durante a pesquisa que se iniciou em 2010 e se estendeu até o presente ano, verificamos que na área ribeirinha. A necessidade básica é muito grande, o documento que para muitos é algo comum, na realidade é muito importante para essa população. As dificuldades pelas quais o povo ribeirinho passa é inúmero, porém podemos identificar o prazer e satisfação de viver de modo ribeirinho. Há uma identidade que é preservada e transferida de geração em geração. Dentre o público atendido a maioria é de jovens e adolescentes, e muitos estão morando na cidade para prosseguir com os estudos, pois a escola não atende até o ensino médio.

As mulheres ainda sofrem com a exclusão e a discriminação de gênero, suas funções em geral estão relacionadas com os cuidados do lar e dos filhos, reservando-se ao espaço privado. Muito cedo se casam e constitui família, a responsabilidade do lar afastam as jovens da escola, deixando para trás seus sonhos e planos para o futuro. As políticas de inclusão encontram as mais variadas barreiras para se efetivar tanto no âmbito institucional, político e cultural. Durante o trabalho de campo, percebeu-se a incidência de alguns pontos negativos que estavam afetando a comunidades; algumas delas estavam relacionadas com as drogas, abuso sexual e alcoolismo, fatos esses que a comunidade prefere esconder. A violência doméstica é praticada, e também é fator preocupante, principalmente pela falta de estrutura de atendimento para as vítimas de violência.

As relações de gênero no meio rural modificam-se conforme o espaço e o tempo, assim elas se diferenciam em todo o Estado. O que necessita do governo é um planejamento levando em conta as particularidades de cada lugar o que inclui pontos positivos e pontos negativos. A sociedade também deve se mobilizar para buscar alternativas de mudanças. O documento é só uma das ferramentas que leva a mulher a modificar seu modo de vida. Muito mais ainda precisa ser realizado.

Considerações Finais

Os estudos e pesquisas com enfoque de gênero no rural têm revelado avanços nos estudos sobre as desigualdades entre homens e mulheres, no entanto o processo é lento, pois as formas que culturalmente foram construídas as sociedades demonstram que o



patriarcado ainda é forte e presente no cotidiano. O ritmo desse processo de mudança é a própria sociedade que faz, em suas continuidades e descontinuidades na maneira de ver o homem e a mulher passa por formulações e reformulações de ideias e práticas. A mobilização de vários agentes da sociedade civil e do Estado produzem mudanças significativas, mas ainda não foram suficientes para acabar com as formas de discriminação que sofrem as mulheres rurais. Essa mudança ocasionada pelo fruto de lutas movimenta diversas esferas da sociedade, juntas elas poderão mudar e quebrar paradigmas envolvendo a questão de gênero, conforme aponta BUTTO e LEITTE;

Criou-se uma institucionalidade interna com forte integração às demais políticas para as mulheres do Governo Federal o que gerou a constituição de equipe de assessoria e designação de recursos para promover políticas de igualdade através de ações finalísticas e medidas para transversalizar as relações de gênero nas políticas de desenvolvimento rural, de forma a promover os direitos econômicos das mulheres trabalhadoras rurais e o pleno exercício da cidadania. (BUTTO e LEITTE, 2010, p.4)

É necessário enfatizar as políticas sociais que implicam na construção dos novos caminhos percorridos é resultado de lutas dos movimentos sociais e de articulações entre a sociedade civil e o Estado. Dentre a geração de ações voltadas para as mulheres rurais, percebem-se as descontinuidades decorrentes da falta de gestão de recursos e falta de planejamento do Estado, o que causa um prejuízo na concretização das ações que uma vez implantadas transformam o território e produzem novas condições de vida nas comunidades rurais. Embora seja importante a implementação de políticas de desenvolvimento e cidadania é válido enfatizar a importância de criar mecanismos de análise das consequências de tais políticas, essas motivam as comunidades a mobilizar esforços para a busca de uma melhora de vida, porém em muitas vezes elas não vem de encontro de suas reais necessidades. Percebemos que os municípios tem grande potencial de crescimento e pode desenvolver o comercio local e turístico, no entanto suas necessidades de alimentação de qualidade podem não ser atendidas.

O dilema enfrentado pelas populações do campo especificamente as populações ribeirinhas que vivem a margem do Rio Madeira estão fortemente ligadas aos grandes projetos de desenvolvimento que prometem trazer progresso e enriquecimento para o Estado de Rondônia. No entanto o que se vislumbra é a grande marginalização das populações tradicionais, a cidadania fica fragilizada. Na construção dos novos caminhos para as mulheres, vive-se um momento de progresso, com as políticas de inclusão, emissão de documentos pessoais, direito a terra, assistência técnica e financiamento,



produzem oportunidades de autonomia para as mulheres que vivenciam esse momento, contudo pontos de fragilidade precisam ser observados como a educação e saúde de qualidade que faltam para essa população. O distanciamento da cidade não pode servir de justificativa para a falta de iniciativas do Estado. O campo e a cidade devem estar interligados, um depende do outro para sua reprodução essas relações ficam complexas, sendo necessárias novas articulações para gerenciar tais mudanças.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Lourdes. **Avançar na transversalidade de gênero nas políticas públicas**. Brasília. CEPAL/SPM, 2005.

BARSTED, Leila Linhares. Os avanços no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. IN: FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO; INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Autonomia econômica e empoderamento da mulher- Textos Acadêmicos– Brasília: 2011.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2010.

BUTTO, Andrea. Hora, Carla. **Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul**. Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, 2010.

_____. LEITE, Renata. **Políticas para as mulheres rurais no Brasil: avanços recentes e desafios**. Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO; INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. A Defesa das mulheres: instrumentos internacionais – Brasília: 2003.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO; INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Autonomia econômica e empoderamento da mulher- Textos Acadêmicos– Brasília: 2011.

SCOTT, Perry. RODRIGUES, Ana Cláudia. SARAIVA, Jeiza das Chagas. **Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais**. In: PERRY, Scott. CORDEIRO, Rosineide, MENEZES, Marilda. Gênero e Geração em Contextos Rurais. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

LOPES, Adriana L, Butto, Andréa (orgs.): **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.



MATOS, Marlise. **Mulheres e Política – da cidadania inacabada das mulheres no Brasil a um projeto de desenvolvimento brasileiro sustentado.** IN: FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO; INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Autonomia econômica e empoderamento da mulher- Textos Acadêmicos– Brasília: 2011.

MONTECCINO, Sonia. **Palavra Dicha:**Escritos sobre Género, Identidades, Mestizajes. Universidad De Chile Facultad De Ciencias Sociales. Colección de Libros Electrónicos. Serie: Estudios, 1977.

NARVAZ, Marta Giudice. Koller, Silvia Helena. **Metodologia feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política.** Rev. Psicologia em estudo. v.11, n.3. p.647-654, set/dez, 2006.

Relatório de Gestão do Programa de Promoção da Igualdade de Género, Raça e Etnia do MDA/Incrá Políticas **Públicas para as Trabalhadoras Rurais.** 2003/2006

SPOSITO, Eliseu Savério.**Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento Geográfico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SARACENO, Chiara. **A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania.** IN: BONACCHI, Gabriela. Groppi, Angela.(orgs.) O dilema da cidadania: Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista,1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bonigiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo,2004.

SIENA, Osmar. Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Porto Velho: [s.n.], 2007.

YANNOULAS, Silvia Cristina; VALLEJOS, Adriana Lucila; LENARDUZZI, Zulma Viviana. **Feminismo e Academia.** V. 81, n 199, p. 425 – 451, Brasília: R. Brás. Est. Pedag., set/dez 2000.

ⁱ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia e membro do Grupo de Pesquisa em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Género-GEPGENERO



ⁱⁱ Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia- UNIR. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero-GEPGÊNERO.

